sempre em busca da melhor solução para o jurisdicionado que aguarda pela decisão do conflito apresentado ao Poder Judiciário", concedeu prazo de cinco dias para a apresentação de plano definitivo de trabalho. Atendendo a essa determinação, no plano de trabalho apresentado, requereu a MM Juíza sessenta e cinco dias úteis para prolação das sentenças pendentes, o que foi deferido pela Corregedoria, estendendo-se a oportunidade até 17 de abril do fluente ano. Ocorre, como já anotado, que à altura de janeiro, quando tomado o Ato GP CR 01/2017, acumulava a Magistrada 157 sentenças pendentes em atraso. Todas as outras medidas tendentes a estabilizar o quadro e sanar os atrasos reiterados foram tomadas, sem sucesso. Nesse contexto, foi cassada a excepcional e precária autorização para residência fora da sede da jurisdição. De todo o exposto, indefere-se o pedido de reconsideração da Juíza Titular da 17ª Vara do Trabalho, para cassar os efeitos do Ato GP CR 01/2017, em razão dos reiterados atrasos na prolação de sentenças. Publique-se."

COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL ATA DE REUNIÃO

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, no 17º andar - Cobertura - da Unidade Administrativa I - Ed. Milenium - do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, situado à Avenida Marquês de São Vicente, nº 121, Bloco A - São Paulo - SP, reuniu-se a Comissão Permanente de Gestão Socioambiental, estando presentes a Excelentíssima Senhora Desembargadora Regina Duarte - Presidente da Comissão - o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Moisés dos Santos Heitor - o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Substituto Ítalo Menezes de Castro, e os servidores Fernanda Machado Martins, Jacques Menezes de Oliveira, Leonardo Luiz Melo Machado, Luciana Maria Cavalcante Fon do Nascimento, Marcos da Silva Kucharsky, Paula Chamy Pereira da Costa, Ricardo Alex Serra Viana e Sílvia Ramos Mathiasi. Ausentes, justificadamente, os servidores Alessandra Cal Barreto, Eduardo Pizzolato Gonçalves Ferreira e Eunice Avanci de Souza, que enviou como substituto o servidor José Américo Oggiano de Azevedo.

A Exma. Sra. Desembargadora Regina Duarte deu início à reunião com a apresentação dos membros da Comissão Permanente de Gestão Socioambiental.

Na sequência, apresentou-se a minuta da portaria de alteração da composição da Comissão e foram feitas modificações para posterior publicação. Definiu-se que a Portaria GP nº 17/2008 será enviada a todos os membros por e-mail para revisão e atualização das competências.

Em seguida, discorreu-se sobre uma parceria com a EJUD para realização de um curso com a temática socioambiental na modalidade autoinstrucional. O Exmo. Sr. Juiz Ítalo Menezes de Castro se prontificou a apresentar a proposta ao Conselho Consultivo da Escola Judicial. Assim, deliberou-se que a Exma. Sra. Desembargadora Regina Duarte encaminhará um memorando ao Exmo. Sr. Desembargador Adalberto Martins no qual será apresentada proposta que deverá conter carga horária, conteúdo e definição do responsável pela elaboração do curso.

Na sequência, sugeriu-se a inclusão de artigos socioambientais, escritos por magistrados e servidores, na Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região, como forma de incentivo.

A seguir, apresentou-se o projeto de hotsite TRT2 Sustentável que visa estabelecer um ranking de consumo entre as Unidades deste Tribunal a fim de estimular a mudança de cultura em prol do consumo consciente. O projeto será uma adaptação do hotsite do TJ Sustentável e será formalizado por meio de convênio com o TJ/SP. Acerca desse assunto, sugeriram-se as seguintes definições: participação de todos os prédios; campanha inicial de divulgação do projeto na semana do meio ambiente, em junho de 2017, e início do funcionamento do site no dia da árvore, 21 de setembro de 2017, com período de realização de setembro a maio de 2018; lançamento dos dados de consumo de água e energia elétrica; envio dos respectivos dados pelo agente socioambiental ou seu substituto e nas comarcas em que não houver agente, o juiz diretor do Fórum ou o Administrador competente determinará o responsável pelo preenchimento; premiação de duas unidades que será realizada em junho de 2018. Assim, deliberou-se que o referido projeto será apresentado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal.

Logo após, comentou-se que a Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial solicitou à Sabesp a realização de diagnóstico para implantação do PURA - Programa de Uso Racional da Água - no Fórum da Zona Leste. Tendo em vista que o diagnóstico no referido Fórum já havia sido realizado, no ano de 2015, a pedido desta Comissão, deliberou-se que serão solicitadas informações acerca do andamento da implantação do Programa.

Na sequência, discutiu-se sobre uma forma de dar visibilidade ao selo A3P Laranja, que distingue esta Instituição como vencedora do 5º Prêmio A3P, do Ministério do Meio Ambiente, pela criação do agente socioambiental. Sugeriu-se a fixação de molduras desse selo nas fachadas dos prédios deste Regional em que há agente socioambiental, bem como a divulgação do seu nome. Assim, deliberou-se que essa proposta será apresentada ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal.

Em seguida, discorreu-se sobre as lixeiras de aço inox a serem instaladas no Fórum Ruy Barbosa para uso do público externo. Luciana Maria Cavalcante Fon do Nascimento se prontificou a verificar a proposta de instalação dessas lixeiras a fim de fixá-las em pares para o cumprimento do programa de coleta seletiva solidária.

Por fim, abordou-se a necessidade de divulgação das melhorias

ambientais implantadas nos prédios deste Regional. Dessa forma, deliberou-se que serão solicitadas informações acerca das ações de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais nas Unidades do TRT 2ª Região para ampla divulgação.

A próxima reunião será em data a definir. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta minutos. Nada mais havendo a consignar, eu, Danielle Kind Eleutério, servidora da Seção de Gestão Socioambiental, lavrei a presente ata que segue acompanhada por lista de presença por todos assinada.

COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA

XLI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO EDITAL

O Presidente do Tribunal e da Comissão do XLI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Wilson Fernandes, comunica o resultado da avaliação, por comissão constituída, do candidato que se autodeclarou negro na inscrição preliminar, o quanto segue:

Candidato: Ricardo Leo de Paula Alves

Inscrição: 1258

Decisão

O candidato, Ricardo Leo de Paula Alves, inscrito no XLI Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto do E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sob nº 1258, se autodeclarou como pessoa negra/parda no ato da inscrição preliminar, realizada em 28 de janeiro de 2016, formalizando sua opção em concorrer às vagas reservadas.

Assim, foi classificado com a nota 78,00 na prova objetiva seletiva (1ª Etapa), valendo-se da reserva, pois a nota que definiu a 300ª posição (ampla concorrência) foi 85,00. Na segunda etapa foi aprovado com a nota 6,41 na primeira prova escrita discursiva e 7,00 na segunda prova escrita - sentença.

Desta forma, dando cumprimento ao consignado no edital, foi convocado para comparecer nesta data para submeter-se à avaliação por comissão constituída, nos termos do item 3.33.19 do edital do concurso, o qual reza:

"Será nomeada, por ocasião da inscrição definitiva, uma Comissão específica, composta por 03 integrantes, para avaliar a condição de pessoa negra ou parda, considerando os seguintes aspectos:

- informação prestada no ato da inscrição quanto à condição de pessoa preta ou parda.
- fenótipo do candidato verificado pessoalmente pelos componentes da comissão".

Logo, o edital do concurso definiu que a autodeclaração seria confirmada segundo o critério do fenótipo, o qual é a manifestação visível ou detectável da constituição genética de um determinado indivíduo.

O item 3.33.20 do edital, estabelece que:

" O candidato será considerado não enquadrado na condição de pessoa negra ou parda quando:

- não comparecer à avaliação constante no item 3.33.19.
- a maioria dos integrantes da comissão considerar o não atendimento do quesito cor ou raça por parte do candidato".

Com efeito, a intenção da lei que reserva vagas aos candidatos negros é incluir aqueles que, pelo seu fenótipo, acabam sendo marginalizados, motivo pelo qual estes precisam possuir caracteres físicos e visíveis e que sofram discriminação pelos fenótipos de etnia negra, e não indivíduos que tentam se prevalecer desta previsão legal, sem qualquer identificação étnica com a causa racial.

Além do mais, as ações afirmativas têm por objetivo tentar garantir a efetividade da isonomia material. As cotas raciais, nos concursos públicos federais visam reduzir as disparidades existentes no número de indivíduos da raça negra que se encontram desfavorecidas historicamente no Brasil.

É certo que o alvo prioritário das políticas de cotas são pessoas que sofrem discriminação racial, sendo estigmatizadas, excluídas de oportunidades de trabalho, escolarização e convivência social.

O objetivo é incluir pessoas que são comumente discriminadas pela sociedade em geral pelo simples fato de serem negras.

Portanto, obedecendo-se o critério editalício, constata-se que o candidato tem feições para ser considerado como negro ou pardo; tais como: cor da pele, cabelo, nariz e formato dos lábios, ou seja, possui os traços fenotípicos que ensejam o enquadramento como negro ou pardo, nos termos da Resolução nº 203/2015 do C. Conselho Nacional de Justiça e Edital do concurso.

Diante do exposto, a comissão de avaliação, por unanimidade, conclui que o candidato Ricardo Leo de Paula Alves, apresenta traços fenotípicos, que ensejam o seu enquadramento para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros ou pardos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

(a) WILSON FERNANDES
Desembargador Presidente do Tribunal e da Comissão do Concurso